

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial  
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*  
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Consultivo  
FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR  
FRANCISCO GROS  
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO  
JORGE HILÁRIO GOUVEA VIEIRA

MARCELO PONTES — *Editor*  
ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*  
PAULO TOTTI — *Editor Executivo*  
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

SÉRGIO RÉGO MONTEIRO — *Diretor*

## Balcão de Negócios

A Procuradoria Geral da Justiça pediu a prisão preventiva de 85 pessoas implicadas no desvio de verbas durante a gestão de Astor de Mello como secretário estadual de Saúde, de julho de 1993 a janeiro de 1995. Tanta gente reunida num mesmo delito tem odor de quadrilha. Mas é exatamente o que o Ministério Público afirma, ao acusá-los por "formação de quadrilha e peculato", ao lesar o estado em pelo menos 10 milhões de reais.

"Pedimos o seqüestro dos bens e a prisão preventiva do núcleo central da quadrilha", diz o procurador Hamilton Carvahido. Não é necessário nenhum esforço de memória para localizar o "núcleo central", pois os fatos são recentes. Além de Astor de Mello, lá estão na denúncia José Nader, ex-presidente da Assembleia Legislativa, Aluísio de Castro, deputado, e uma cunhada de Nader, Leticia Correia Carneiro Nader.

De todos, o caso mais complicado é o de Aluísio de Castro, que, por ser deputado, tem direito a foro especial. Beneficia-se da imunidade parlamentar e só poderia ser processado com autorização da Assembleia Legislativa — coisa difícil neste país em que o *esprit de corps* acoberta todas as infâmias.

Como se recorda, a denúncia contra a *máfia da saúde* foi feita por um escrivão, ex-diretor de material da secretaria de Saúde, ele próprio participante da quadrilha. A quadrilha fornecia equipamentos hospitalares e remédios a preços superfaturados, fazia processos sem licitação, simulava entrega de mercadorias, emitia notas fiscais frias, montava firmas fantasmas e até comprava o mesmo produto duas vezes (o *fracionamento*).

Com isto, a quadrilha (para continuar usando a expressão empregada pelo procurador-geral) escreveu uma das páginas mais tristes da história administrativa do Rio. Há um tipo de político, entre os que emergiram no Rio depois da fusão, que ingressa na vida pública pela porta dos fundos e só pensa em seus interesses particulares. Quanto mais os cargos públicos são galgados, mais os interesses particulares se destacam, pois os espécimes não

conseguem separar as duas coisas.

O estado lamentável em que se encontra a saúde pública no Rio é o resultado direto deste tipo de política, praticada a despeito da indignação da cidadania. *Impeachments*, processos, denúncias, transparência na administração — nada disto parece constituir obstáculo aos políticos clientelistas que só enxergam nos cargos públicos alavanca para obtenção de benefícios pessoais.

O nome de José Nader entre os membros da quadrilha significa, além disto, a intersecção entre os negócios escusos da saúde e os negócios não menos escusos do transporte fluminense. A gestão de Nader como presidente da Assembleia todo mundo conhece de cor e salteado. Criou *trens da alegria*, promoveu funcionários protegidos, convocou sessões extraordinárias desnecessárias, pagou jetons, liberou verbas de combustível e xerox e inventou cargos para empregar parentes de deputados. Ao final da gestão, reservou o filé *mignon* para si próprio — o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, com que se habilitava a julgar as próprias contas, sempre pensando, é claro, no interesse pessoal. O então procurador-geral Antônio Biscaia fulminou a pretensão naderiana, ao afirmar, em ação civil pública, que ele não preenchia requisitos necessários — reputação ilibada e idoneidade moral — para ocupar semelhante cargo.

Nader, portanto, não só era acusado de distribuir o dinheiro da *caixinha* da Fetranspor no banheiro da Assembleia (as famosas conversas de pé-de-ouvido) como também ajudava a dirigir, dos bastidores, a *máfia da saúde*. Tudo isto revela o seu apetite insaciável. O irmão, Feres, caiu na CPI do Orçamento (era um dos *anões* que abocanhavam as verbas públicas para negócios particulares). Já José, digno herdeiro do guru Gilberto Rodriguez, que ajudou a transformar a Assembleia em balcão dos negócios da Fetranspor, vai desmoronando aos poucos. Não tem mais imunidade. Pode sentar-se no banco dos réus, e, depois de julgado, juntamente com os outros membros da quadrilha, ser preso.